

A REALIDADE MATERIAL E SOCIAL DA FOME

THE MATERIAL AND SOCIAL REALITY OF HUNGER

LA REALIDAD MATERIAL Y SOCIAL DEL HAMBRE

José Misael Ferreira do Vale¹

RESUMO: O autor do presente texto realiza a releitura do livro *Geografia da Fome* (GF) do Geógrafo Doutor Josué Apolônio de Castro com a preocupação básica de ressaltar aspectos fundamentais de sua tese sobre alimentação e fome no Brasil.

Palavras-chave: Alimentação. Fome. Desnutrição. Segurança Alimentar. Plano Nacional de Alimentação.

ABSTRACT: The author of this text re-reads the book *Geografia da Fome* (GF) by the geographer Doctor Josué Apolônio de Castro with the basic concern of highlighting fundamental aspects of his thesis on food and hunger in Brazil.

Keywords: Food. Hunger. Malnutrition. Food Security. National Food Plan.

RESUMEN: El autor de este texto relee el libro *Geografía da Fome* (GF) del geógrafo Doutor Josué Apolônio de Castro con la preocupación básica de resaltar aspectos fundamentales de su tesis sobre alimentación y hambre en Brasil.

Palabras clave: Alimentación. Hambruna. Desnutrición. Seguridad alimentícia. Plan Nacional de Alimentos.

¹ Professor Doutor de Filosofia da Educação, aposentado, da Faculdade de Ciências da UNESP. Membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP. E-mail: jmisaelvale@yahoo.com.br.

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em março de 2022.

Em 1965, Josué Apolônio de Castro publicava nova edição (a nona) de seu trabalho intelectual denominado de a *Geografia da Fome* com o subtítulo, *O dilema brasileiro: pão ou aço*. Procurou na sua obra mais importante dar ao público a pesquisa feita no contexto do País, adequando-a ao desenvolvimento econômico-social da nação e na necessidade de ajustá-la em alguns aspectos para corrigir os desequilíbrios e distorções acontecidas ao longo da história.

Josué de Castro procurou estudar seriamente como adequar o desenvolvimento socioeconômico às necessidades efetivas do povo brasileiro com a condição de os trabalhadores não pagarem o pesado ônus da “privação alimentar” e educacional diante de opções impostas por um “ou, excludente” entre pão e aço. Diga-se, porém, que nunca as opções dadas pelos dominadores aos dominados foram dialéticas. Ademais, sempre a economia se sobrepôs à dimensão social da saúde, educação e agricultura familiar. Nunca, jamais, os economistas de plantão (salvo raras exceções) pensaram numa “economia social” cujo propósito fosse, de fato, endereçada ao povo, uma “ciência social” criativa, humana. Sempre o pensamento econômico tradicional, liberal, jogou a favor do expediente favorável ao poder por meio de uma hipótese em que “primeiramente seria preciso fazer crescer o bolo para depois reparti-lo”, mediante a liberdade de iniciativa dos agentes empreendedores, os verdadeiros criadores de riqueza. Essa postura em, que o trabalhador não entra na equação econômica é perfeitamente defensável para o intelectual de formação capitalista formado em Faculdade Pública e Privada sem compromisso com o povo ou, “a plebe rude”. Assim, pode-se dizer que pensar a economia fora dos padrões tradicionais da produção vigente constitui-se em heresia da mais grave. Nada de utopia popular em economia.

A obra de Josué de Castro é dedicada à Raquel de Queiroz (autora de *O Quinze*) e José Américo de Almeida (autor de *A Bagaceira*) “romancistas da fome no Brasil” nordestinos que conviveram com a seca e a fome. Josué de Castro escreveu a “*Geografia da Fome*” (GF) em memória de Euclides da Cunha e de Rodolfo Teófilo considerados pelo autor como “sociólogos da fome no Brasil”. Percebe-se, de imediato, a orientação do pensamento crítico de Josué de Castro centrado na realidade física e social e, ao mesmo tempo, a preocupação de aceitar o mundo como ele o é, no decorrer de toda pesquisa social. O pesquisador deve adentrar-se à realidade social do mundo “com olhos de ver” as múltiplas contradições e tradições arraigadas da formação social que permanecem como óbices ao efetivo desenvolvimento dos países. Não será preciso dizer que a fome de multidões é problema tão antigo como a existência humana, sempre sujeita à escassez de comida e água.

A evidência tem mostrado que a fome permanece no mundo mesmo quando o desenvolvimento se altera em função de mudanças dos contextos. Na década de 80 do século passado calculava-se em 800 milhões o número de pessoas assoladas pela fome no mundo. Hoje, com a população do mundo acima de 7 (sete) bilhões de habitantes, a realidade social da fome permanece mercê de desigualdades socioeconômicas que ocorrem dentro de qualquer modo de produção não orientado para o bem-estar do coletivo humano em sua inteireza.

Ninguém, hoje, em tempos de pandemia, duvida da existência de milhões de famintos à espera de alimentação básica para, pelo menos, mitigar a fome de multidões sem recursos para atingir o equilíbrio alimentar necessário.

Ao ler o prefácio do livro do Dr. Josué de Castro elaborado por André Mayer, Ex-Presidente do Conselho Executivo da FAO, fica a ideia de que a Ciência e a Tecnologia atuais têm as condições de enfrentar o flagelo da fome. Mayer afirma, entretanto, que “a subnutrição endêmica não se presta a curas espetaculares (como no caso do pelagroso curando-se em poucos dias mediante a ingestão de alguns miligramas de moléculas que faltam em sua alimentação)”. No caso da subnutrição endêmica há necessidade de “intervenção contínua através de boa alimentação, suficiente, completa e equilibrada” (CASTRO, 1965, pág.4). Contudo, para atingir tal desiderato “será preciso investir em educação” e contar com uma “economia agrícola articulada ao plano de alimentação”, ambos inseparáveis do esforço educativo para levar o conhecimento atualizado de nutrição às crianças, adolescentes e adultos com a marca da sapiência de que “a valorização do mundo” só será possível através da “valorização das pessoas” no desenvolvimento de uma economia voltada para o aspecto humano social. Algo difícil de realizar porque o “modo de produção atual” está intrinsecamente amarrado à produção e venda de mercadorias com o escopo de gerar o lucro particular do proprietário. A economia atual é essencialmente individual num todo de ações produtivas.

Por sua vez, o prefácio do autor, Doutor Josué Apolônio de Castro, de qualidade indiscutível, vale a ser objeto de estudo e reflexão em vários pontos que julgo pessoalmente importantes. O geógrafo sabe que “o assunto do livro é bastante delicado e perigoso” porque o tema central do livro torna a obra, verdadeiro “tabu de nossa civilização” (CASTRO, 1965, pág. 9). Aliás, a pobreza bibliográfica nas décadas de 40 e 50 e mesmo na de 60 do século passado contrasta hoje, aqui e agora, com a importância do assunto diretamente com a valorização da vida animal em geral. Atualmente a alimentação do gado leiteiro e de corte é assunto essencial aos criadores que pensam na qualidade e quantidade de bovinos e suínos. Vale lembrar que galinhas poedeiras recebem alimentação balanceada que aumenta a postura de ovos. O exemplo de alimentação animal, rica em conteúdo, é fácil de enumerar. Já a alimentação humana, tão importante como a animal em geral, é objeto de dúvidas e problemas!

Minha intenção neste artigo é ressaltar alguns aspectos do pensamento do autor de *Geografia da Fome* (GF) e acrescentar quando possível minha visão pessoal sobre o assunto em questão. A fome é vista pelo geógrafo como tema “acima de outras calamidades” e, ademais, “causa efetiva de guerras e estágio preparatório para a eclosão de pandemias” (CASTRO, 1965, pág. 10). Não seria abusivo dizer que o Brasil de 2021 é retrato de pandemia na qual a doença se articula à fome, num país sem emprego para multidões de trabalhadores, sem salário, sem comida, sem proteção social condigna, sem auxílio decente condizente com a pobreza extrema, chamada miséria, sem perspectiva futura rápida de solução do assunto.

Lembre-se que a história da fome revela que “enquanto tantos infelizes morriam de fome, o porto de Calcutá continuava a exportar para o estrangeiro quantidades consideráveis de cereais. Os famintos eram demasiados pobres para comprar o trigo que lhes salvaria a vida”(CASTRO, 1965, pág. 12).

A situação de miséria humana acentuada, antes, durante e depois da Segunda Grande Guerra, forçou a criação, na década de 40 do século passado, da Organização

de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, a FAO, com técnicos de grande competência que “trataram as carências alimentares com causa primeira das doenças alimentares” (CASTRO, 1965, pág. 13) como beribéri, pelagra, escorbuto, raquitismo, bócios endêmicos, anemias etc.

A consciência social do geógrafo Josué de Castro afirma de modo direto que o maior pecado da humanidade abandonada foi “deixar centenas de milhões de pessoas morrendo de fome num mundo com capacidade quase infinita de aumento de sua produção” mercê do avanço científico e tecnológico da área da saúde.

Josué de Castro afirma que um dos grandes obstáculos ao encaminhamento de soluções ao problema da alimentação é “evitar o método descritivo da antiga geografia” e “valorizar o método interpretativo da moderna geografia” aplicado por estudiosos analistas que interpretam o fenômeno da fome não em aspectos particulares, restritos, parciais, mas tomam a fome “sob um ângulo complexo de manifestações simultaneamente biológicas, políticas, sociais, econômicas, educativas”. O ilustre pesquisador da fome afirma que seu estudo será “orientado pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico será localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais que ocorrem à superfície da Terra” (CASTRO, 1965, pág. 14). Ademais, afirma Josué de Castro, que “será dentro dos princípios geográficos de localização, de extensão, de causalidade, de correlação e de unidade terrestre que se pretende encarar o fenômeno da fome”. Em outros termos, o estudioso da fome pretende realizar “uma sondagem de natureza ecológica, isto é, estudar as ações e reações dos seres vivos diante dos eventos do meio” (CASTRO, 1965, pág. 15). Diz o estudioso da fome: “neste ensaio de natureza ecológica” tentaremos analisar os hábitos alimentares de diferentes grupos humanos ligados a diferentes áreas geográficas procurando, de um lado as causas naturais e as causas sociais que condicionam o seu tipo de alimentação (...) e de outro lado procurando verificar as falhas e defeitos que influem a estrutura econômica-social de diferentes populações.

Ao definir claramente os objetivos de sua pesquisa Josué de Castro dirá que não faz parte de seu propósito básico a criação de qualquer “nova teoria alimentar das civilizações”. Acrescenta ainda que não faz parte de seu intento intelectual tratar a fome sob a óptica individual. O objetivo mor do geógrafo é “analisar o fenômeno da fome coletiva” (CASTRO, 1965, pág.17), “as fomes específicas em sua infinita variedade.” Muito a gosto, cita Bertrand Russell para reafirmar que “todo homem, qualquer homem comum, poderá contribuir para a melhoria do mundo.” Com a menção a Julian Huxley, Josué de Castro pensa na pessoa concreta, vivendo no âmbito da escassez da comida que lhe afeta o organismo e o impede de chegar à construção de um mundo melhor comprometido com o ser humano, mas o obriga a viver num espaço social voltado para a “economia do lucro” (CASTRO, 1965, pág.18) geradora de desigualdades sem conta.

A ciência humana e as populações deverão exigir que a Sociedade ponha o dinheiro a serviço das pessoas, lutando para que a Sociedade Política e a Sociedade Civil, ambas, atuem no sentido de dirimir a espoliação humana que acontece, de fato, no processo de geração da mercadoria geradora do lucro por intermédio da venda dos produtos do trabalho

alienado. Neste sentido, Josué de Castro, lamenta com razão a “tenebrosa noite do fascismo” que ainda hoje projeta suas sombras à civilização atual que vive em plena “era do homem econômico” (CASTRO, 1965, pág. 19). Ao citar o sociólogo Sorokin, Josué concorda com a análise que, em 1942, durante a Grande Guerra (1939-1945) quando a “fome e a peste cavalgavam novamente o nosso planeta”, especialmente numa Europa arrasada.

Ao estudar o fenômeno da fome Josué de Castro valoriza a categoria biológica, mas tem o cuidado de não cair no “biologismo” e, com isto, “desprezar a importância dos fatores de natureza cultural e social, os fatores da categoria latifúndio agrário-feudal que tanto deformaram a formação da sociedade brasileira”. A visão ampla do cientista leva-o a dizer que “não defenderá o primado do biológico sobre o cultural, nem o do cultural sobre o biológico”. A análise sociológica mostrará, segundo o autor, que “há certos elementos do mecanismo biológico de ajustamento do homem brasileiro aos quadros naturais e culturais do país” (CASTRO, 1965, pág. 20).

Em síntese, pode-se dizer que o estudo da fome no Brasil exigiu, segundo o autor de *Geografia da Fome* (GF), o cuidado de não separar o fenômeno da fome do subdesenvolvimento do país. Vale dizer que em sucessivas edições, o Autor procurou “reajustar o trabalho original à realidade vigente”, coisa possível porque o país em 15 anos “não mudara muito no contexto de sua estrutura social” (CASTRO, 1965, pág.27), isto por volta de 1960.

É verdade que o esforço da nação evidencia a preocupação de “fugir do círculo de ferro do subdesenvolvimento”. Assim, ao preparar a 9ª. edição da GF, Josué de Castro, fixou a atenção no momento de transição pelo qual passava a nação, interrompida que foi pela ditadura de 1964 que, ao exemplo de outras repúblicas sul-americanas, selou o destino político do país contra o fantasma de Cuba. A ideia de o “Brasil Grande” significou em última análise a adoção da “democracia representativa” articulada à economia liberal da livre iniciativa baseada na propriedade dos meios de produção.

Em suma, o pesquisador da fome tem consciência que a preocupação em saber se os processos econômicos no Brasil redundaram ao longo do tempo histórico em melhoria efetiva das condições de alimentação do povo com a diminuição ou aumento da fome pela nação. Deste modo, o problema da fome se liga diretamente com a questão da subnutrição ou subalimentação, o da escassez, e, por tabela, correlacionada à carestia de vida.

O livro em análise não deixa de relacionar aspectos importantes sobre o fenômeno da fome. Eis alguns:

1. Geograficamente falando, “a fome coletiva” é fenômeno generalizado, universal. Nenhum continente está livre da ação deletéria da fome;
2. Particularmente desastrosa é a fome nas Américas, na Europa, em período de guerra. No sul dos EUA, a região de predomínio do trabalho escravo que até hoje mantém o racismo estrutural, muito morreram de fome relacionada à miséria da população negra;
3. No Brasil (de 1960), das cinco áreas que “formam o mosaico alimentar brasileiro”, três são áreas de fome: “a área Amazônica, a da Mata e a do Sertão Nordestino”. As regiões do Centro-Oeste e a do Extremo Sul não apresentam deficiências alimentares

pronunciadas “a ponto de arrastarem a maioria da população à condição de fome”. O autor de GF observa que as áreas do Centro-Oeste e do Sul são áreas de subnutrição e não propriamente áreas de fome. Hoje, com o inchaço das capitais do Sudeste e do Sul, a situação se alterou, fato visível durante a epidemia que assola o país;

4. A construção de Brasília, a chamada Capital do Futuro, precisa tirar “o resto do país de sua estrutura econômica de tipo pré-capitalista na qual vegeta, até hoje, mais da metade da população” (CASTRO, 1965, pág. 290);

5. O fundamental é conduzir “o país no desenvolvimento social com melhoria das condições de alimentação do povo” (CASTRO, 1965, pág. 288);

6. Em resumo, o estado de nutrição do povo brasileiro “constitui o fator primordial da lenta integração econômica do país” (CASTRO, 1965, pág. 289);

7. A dramática situação alimentar da nação, expressão do subdesenvolvimento nacional, ocasiona sérias contradições entre a população de regiões atingidas pela fome. Impõe, diz Josué de Castro, “a necessidade inadiável de uma política alimentar mais efetiva” sem cair em programas meramente assistenciais que atacam contextos regionais sem atingir as estruturas socioeconômicas que geram desigualdades insuportáveis acentuando os desníveis sociais geradores da miséria.

Os pontos selecionados de a leitura da *Geografia da Fome (GF)* mostram a gravidade social da miséria, da desigualdade, da fome e a falta de política nacional voltada para a segurança alimentar do povo. O poder político sentiu o peso de a GF. O autor foi cassado nos direitos políticos e se ausentou do país. Entretanto, a ditadura criou a Embrapa, órgão técnico dirigido à produção da pecuária e cultura agrícola que viria, com o tempo, possibilitar a pecuária e a produção agrícola chegar à cultura de escala com resultados apreciáveis com a emergência dos “grandes produtores” ligados à estrutura de poder do país. Outra medida que julgo importante ressaltar foi a institucionalização da “Merenda Escolar” em todas as escolas públicas do país. A rigor, a Merenda Escolar deveria estar articulada no Brasil ao incentivo para que todo município, intermediado pela Agricultura Familiar, vendesse a cada escola parte de sua produção assegurando a alimentação dos alunos desde a escola infantil. A Bolsa Escola foi, também, uma medida interessante para aproximar a família da escola.

Os tempos atuais são incrivelmente geradores de mais famintos diante da insuportável epidemia da Covid-19. A epidemia revelou-nos o quanto vulnerável o país era e, ainda é, em termos de alimentação. Temos consciência atualmente que não basta exportar quantidades enormes de produtos agrícolas e carnes para boa parte do mundo, se, todavia, significativa parte da população brasileira sente o vazio do estômago, sem emprego e sem dinheiro, para saborear uma boa comida como sempre quis Câmara Cascudo. Como dizia Betinho (irmão do Henfil) a fome tem pressa e o povo fica vulnerável sem que a nação não tenha, de fato, um esquema de reversão que atenda à população carente em termos de alimentação.

Josué de Castro, mais atual hoje do que qualquer estudioso liberal, percebeu desde longa data que a miséria era empecilho para o desenvolvimento do país. Entendeu que seria importante, fundamental mesmo, que a Saúde e a Educação juntas, somassem à

Agricultura Familiar, situada em cada município do país, sob orientação técnica e política voltada à segurança alimentar a criar, pelas bases, as condições de um “salto de qualidade” mesmo no contexto contraditório de uma elite política e econômica voltada exclusivamente para o lucro; quase sempre em confronto com a massa popular, sem proteção alimentar, sem casa, sem terra, sem emprego, sem recursos financeiros para colaborar com o desenvolvimento do modo de produção preocupado na geração da mercadoria e do lucro. Sem alimentação adequada, a massa de trabalhadores não renderá o suficiente sob a perspectiva da economia liberal, isto é, não gerará a “mais-valia” que se espera dela. No modo de produção capitalista atual, preocupada com a produção e alienação da mercadoria, a tecnologia é incorporada ao trabalho de modo relativo ao número total de operários, ficando, assim, a maioria dos possíveis trabalhadores relegados a ocupações menores ou ao desemprego residual por falta de investimento do governo e da iniciativa privada, setores mais ricos da Sociedade. Até quando o pobre pagará por ser pobre num país considerado rico? Com o emprego de Tecnologia da Informação (TI) ficará fácil recusar trabalhadores e culpá-los pela falta de Educação Técnica! A Educação Técnica sempre será acionada quando o objetivo será selecionar, dispensar e manter a mão de obra dentro de determinados parâmetros de produção e lucro.

Finalizando as considerações sobre a GF, vejo o Doutor Josué Apolônio de Castro como geógrafo brasileiro que levou à frente uma visão complexa do problema social da fome e da alimentação a envolverem a Sociedade brasileira com passado de escravidão que marcou a desigualdade social desde o primórdio do Brasil Colonial com a extração do pau-brasil, a monocultura açucareira e cafeeira dentro de um esquema contraditório entre o trabalhador rural (isto é, do não-proprietário) e do dono do empreendimento (o proprietário rural). A relação proprietário e não-proprietário constitui a base da estrutura social indicada há muito pelo inglês J. Locke para o qual a propriedade resulta do trabalho humano, gerador do valor.

A partir de 1930, quando o processo de industrialização se firmou no Brasil, o aparecimento da figura do operário continuou o antagonismo de classe. O “Coronel” vira “Empresário” e o escravo e trabalhador se transformam em “Operário” perpetuando a relação de dominação (dominador-dominado). O “emprego” passa a ser o meio de controle da empresa por meio da seleção e dispensa do trabalhador. Cria-se toda uma legislação reguladora da relação empregatícia entre os opostos. As greves aparecem! E “são problemas de polícia”.

Vale lembrar que a construção de ferrovias financiadas pelo produtor de algodão e café, tendo à frente grandes nomes de industriais, empregou muita gente e criou muitas cidades por onde também se firma o comércio ativo de alimentos que muita gente tem dificuldade de adquirir em decorrência da falta do “ganha-pão” certo, ao longo dos anos.

O capitalismo exige criatividade para repor todos os anos uma quantidade enorme de pessoas que adentram à sociedade do trabalho. Isso requer um esquema de emprego que evite o desemprego gerador de a mão de obra ociosa que perambula pelas ruas a oferecer os seus préstimos cortando árvores de rua, amolando facas e tesouras, construindo

barracos, pintando muros e casas, construindo residências, lavando e passando roupas etc. todos com ganhos, muitas vezes, apoucados e alimentação precária. Mas, sobrevivem, quase sempre com mazelas!

O livro do Doutor Josué Apolônio de Castro é libelo acusatório contra a falta de plano nacional contra a falta de segurança alimentar para atender a todos e especialmente o pobre desvalido que sobrevive apesar do regime alimentar com muitas deficiências. Não constitui algo desarrazoado sugerir a instituição da renda mínima para o desempregado até que resolva sua situação de precariedade socioeconômica. O processo da renda mínima exigiria, certamente, regras definidas, para evitar abusos e, também, participação decisiva do Congresso Nacional e do Executivo. Parece algo impossível! Mas a nação merece atenção!

Por fim, a fome tem “espaço geográfico” como síntese de “fixo” (a realidade física onde acontece o fenômeno da fome) e do “fluxo” (a realidade social de pessoas necessitadas, em interação com o fenômeno da fome). Não devemos esquecer que a má alimentação e a fome são produtos sociais que se situam em determinados contextos. Podem, portanto, serem transformados! Só que a transformação fica sujeita, quase sempre, à demora histórica, quando inúmeros fatos e circunstâncias se articulam gerando problemas sérios a exigirem mudanças estruturais. Leiam a *Geografia da Fome*.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, J. A. **Geografia da Fome** (O dilema brasileiro: pão ou aço). 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- SANTOS, M. A **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.